



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura**Internacional**

ano 4 • nº 38 • 21 a 27/10/2007 • ISSN1809-6182

Análises

23/10/2007 – Presidente Lula em visita a quatro países do continente africano p.01

Entre os dias 15 e 19 de outubro de 2007, o Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, fez sua sétima visita ao continente africano. Desta vez estavam no roteiro quatro países - Burkina Faso, República Popular do Congo, África do sul e Angola.

23/10/2007 – Al Gore e IPCC ganham Prêmio Nobel da Paz p.05

O ex-Vice Presidente dos Estados Unidos, Al Gore, em conjunto com especialistas do IPCC, ganhou no dia 12 de outubro de 2007 o Prêmio Nobel da Paz pelo seu trabalho de divulgação das mudanças climáticas, o que levantou especulações acerca da sua pré-candidatura para a presidência estadunidense em 2008.

Resenhas

24/10/2007 – Condoleezza Rice visita o Oriente Médio p.09

Em mais uma visita ao Oriente Médio durante o ano de 2007, a Secretária de Estado estadunidense, Condoleezza Rice, reuniu-se com alguns representantes, e enfatizou a necessidade da criação de um Estado palestino.

26/10/2007 – 17º Congresso do Partido Comunista Chinês p.12

O Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês se reuniu durante 6 dias do mês de outubro de 2007, objetivando discutir as diretrizes políticas dos próximos cinco anos. O encontro quinquenal definiu quatro novos nomes que farão parte do comitê político que lidera o país.

Presidente Lula em visita a quatro países do continente africano

Análise
Segurança/Desenvolvimento

Joana Laura Marinho Nogueira
23 de outubro de 2007

Entre os dias 15 e 19 de outubro de 2007, o Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, fez sua sétima visita ao continente africano. Desta vez estavam no roteiro quatro países - Burkina Faso, República Popular do Congo, África do sul e Angola.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez uma nova visita ao continente africano. Esta é a sétima viagem oficial à África desde o início do seu primeiro mandato, em 2003. No roteiro estavam incluídos quatro países, a saber: Burkina Faso, República Popular do Congo, África do Sul e Angola.

Dos 53 países africanos, 19 já foram visitados por Lula, que pretende retornar ao continente em viagens programadas para 2008, 2009 e 2010. O propósito da viagem, além de divulgar a política dos biocombustíveis, é de fortalecer o comércio e as relações políticas entre os países. Já que a China vem investindo cada dia mais nos países africanos, no sentido de financiar as economias em troca da concessão para exploração de matérias-primas estratégicas.

Apenas a visita à África do Sul foi realizada com fins mais específicos, Johannesburgo foi palco da 2ª Cúpula do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS). Os Chefes de Estado dos três países reuniram-se para dar seguimento à iniciativa de cooperação criada em 2003. Na ocasião, o principal assunto debatido foi à questão do encerramento da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio [ver também: [Tentativas de](#)

[finalização da Rodada de Doha](#)] e a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas¹.

A visita iniciou-se por Burkina Faso², o presidente brasileiro chegou em meio as “comemorações” dos 20 anos do golpe de estado que instaurou a ditadura do país³. Apesar de a diplomacia brasileira afirmar que a visita se deve em retribuição à visita oficial do presidente Blaise Compaoré ao Brasil em 2003, Lula foi recebido como convidado especial da comemoração.

Os Presidentes participaram de um encontro cujo tema era “Democracia e Desenvolvimento na África”. A visita ao país visava fortalecer a parceria entre os países, buscando diminuir os subsídios à agricultura, concedidos principalmente pela União Européia (UE) e Estados Unidos da América (EUA).

¹ Vide Glossário.

² País localizado no lado oeste do continente africano, sem acesso ao mar estendendo-se entre o Deserto do Sahara e o Golfo da Guiné, tem cerca de 274 Km² de território e cerca de 13 milhões de habitantes. É ex-colônia francesa e sua capital é Uagadugu, sua economia baseada na produção de algodão.

³ Em 15 de outubro de 1987, o atual presidente Blaise Compaoré chegou ao poder depois de um golpe de estado, no qual foi assinado o então presidente marxista Thomas Sankara.

Sendo o país um produtor de algodão, assim como outros países africanos, a saber: Benín, Chade e Malí, todos têm problemas quanto à produção estadunidense desta cultura que é subsidiada. Acordos para intercâmbio de tecnologias à cotonicultura foram assinados. As negociações para o encerramento da Rodada Doha e o fim dos subsídios à agricultura fazem parte dos debates e da cooperação entre os países.

Além do incremento do comércio entre os países, o Presidente Lula busca parcerias para suas demandas políticas. Para isso, sugere uma maior participação dos países em desenvolvimentos nos organismos econômicos como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional⁴.

Seguindo a programação, a comitiva presidencial desembarcou em Brazzaville, capital da República do Congo⁵. Tendo sido recebido por um ditador, que se mantém no poder há mais de 10 anos, o coronel Denis Sassou-Nguesso.

Já para a visita ao Congo a proposta brasileira está baseada na promoção do etanol. O petróleo é fonte de riqueza no país e o governo brasileiro propõe a diversificação da matriz energética através da produção de biocombustíveis.

No ensejo, o Presidente anunciou o perdão da dívida do Congo com o Brasil, a dívida era calculada em aproximadamente US\$ 400 milhões. Em

contrapartida, foi sugerido que os recursos agora disponíveis devido ao perdão da dívida fossem reinvestidos numa linha de financiamento para que empresários brasileiros possam fazer obras de infra-estrutura no país.

Durante a entrevista coletiva, o presidente congolês afirmou seu apoio à campanha brasileira por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. E corroborou seu apoio às demandas dos países em desenvolvimento, elo fim dos subsídios agrícolas.

O terceiro país visitado por Lula foi a África do Sul, aliado estratégico do Brasil no continente e membro do Fórum de Trilateral de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul. O presidente Lula desembarcou para a 2ª Cúpula do IBAS, além do presidente brasileiro e do anfitrião sul-africano, também estava presente o primeiro-ministro indiano, Manmohan Singh.

Ao fim da reunião foi publicado o documento final da cúpula, que prevê maior prioridade para retomada a Rodada Doha e maior empenho dos países para efetiva reforma no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Os três países divulgaram uma declaração reafirmando o compromisso dos Estados pelo desarmamento e não-proliferação de armas nucleares⁶. Mesmo sendo a Índia possuidora de tecnologia para fabricação de armas nucleares e já tendo feito testes com estes armamentos. O Primeiro-Ministro indiano afirmou não haver contra-senso neste documento com as políticas de seu país, uma vez que a Índia busca o avanço tecnológico para fins

⁴ Em outubro de 2007, houve mudança na diretoria do Fundo, na ocasião os países em desenvolvimento pediram mais transparência e democratização no evento, uma vez que desde sua criação das instituições, a presidência do Banco Mundial é uma indicação estadunidense, enquanto o presidente do FMI é indicado pelo continente europeu.

⁵ Localizado no Atlântico Sul, a República Popular do Congo, não deve ser confundida com sua vizinha República Democrática do Congo (ex-Zaire, Congo Belga). O Congo é ex-colônia francesa, tem cerca de 342km² de território e aproximadamente 2 milhões de habitantes.

⁶ A África do Sul já possui armas nucleares, mas já abdicou de possuí-las. O Brasil mesmo tendo assinado o Tratado de Não Proliferação (TNP) apenas em 1998, nunca possuiu armas nucleares. A Índia é não-signatária do TNP, possui armas nucleares, no entanto, mantém por questões de segurança, uma vez que seu vizinho e país rival Paquistão também detém artefatos nucleares.

pacíficos.

Já nas questões econômicas, as negociações avançaram no sentido da criação de uma área de livre comércio entre os três países. No entanto, devido a compromissos anteriores dos países com blocos econômicos já existentes, o tratado deverá ser firmado entre: o Mercado Comum do Sul (Mercosul)⁷, a União Aduaneira da África Austral (SACU)⁸ e a Índia.

Este mercado pretende ser o maior do mundo em desenvolvimento, reunindo segundo Lula, cerca de 1,5 bilhão de pessoas. O comércio entre os três membros do Fórum deve chegar, em 2007, a US\$ 10 bilhões; para 2010, a previsão é que chegue a US\$ 15 bilhões.

Da África do Sul, o presidente brasileiro seguiu para Angola, país em que as exportações brasileiras cresceram de US\$ 235 milhões, em 2003 para US\$ 836 milhões, em 2006. Também foi anunciada a abertura de uma linha de crédito de US\$ 1 bilhão para que empresas brasileiras possam investir no país.

Angola⁹ se reconstrói depois da guerra civil que arrasou o país. Grandes empreiteiras brasileiras são responsáveis por parte das obras de infra-estrutura no Estado, e a linha de crédito anunciada pelo governo brasileiro destina-se a obras nas áreas de habitação, saneamento básico, energia e construção de estradas.

O Estado angolano é um importante produtor de petróleo e a Petrobras é uma das empresas com maior investimento no país. Desse modo, propostas para produção de biocombustíveis também foram apresentadas ao governo.

Encerrando sua vista à África, o presidente Lula reafirmou sua estratégia de cooperação Sul-Sul; no entanto, desta vez, deve-se considerar a visita como o início da estratégia brasileira para manter e aumentar sua influência na região.

A China vem nos últimos anos investindo em países africanos no sentido de buscar matéria-prima para sustentar sua expansão econômica. O Brasil não deseja perder sua influência política e cultural sobre o continente, especialmente, com as ex-colônias portuguesas.

Todavia, os chineses vêm investido fortemente na África, foram cerca de US\$ 50 bilhões em 2006, sempre numa política de liberar empréstimos sem questionar sobre a democracia e os direitos humanos. E seguindo esta racionalidade, o jornal Folha de São Paulo publicou que em entrevista, o presidente Lula afirmara que “para negociar com a África, o Brasil não pode colocar condicionantes políticas - como o respeito aos direitos humanos e o combate à corrupção - aos parceiros.”.

Porém, o presidente brasileiro também considerou que “não é só o dinheiro que conta”, os chineses investem apenas para explorar matéria-prima enquanto o Brasil buscava desenvolver o país.

Esta, no entanto é uma afirmação um pouco ingênua, já que a África é, sem dúvida, uma excelente possibilidade de expansão para o capitalismo global. Segundo o professor do Instituto de Relações Internacionais da Unb, José Flávio Sombra Saraiva, o processo atual é “uma nova partilha da África”, e o Brasil não pode ficar de fora.

O governo Lula se utiliza de um discurso do resgate cultural para justificar políticas comerciais e econômicas. É certo que nos últimos anos aumentaram as representações brasileiras no continente africano, sendo agora 25 representações e 12 embaixadas.

“A África é uma região fundamental e prioritária para nós.”, as palavras do

⁷ Vide glossário.

⁸ Vide glossário.

⁹ O país tornou-se independente de Portugal em 1975, contudo esteve em guerra civil de 1961 a 2002. O presidente José Eduardo dos Santos está no poder desde 1979 e vem anunciando novas eleições para 2008.

embaixador Roberto Jaguaribe se justificam pelo jogo geopolítico estratégico e pelas potencialidades do continente, exemplificados pelo interesse de empresas brasileiras, como a Petrobrás e Vale do Rio Doce em explorar as reservas minerais da África.

Desse modo, os investimentos financeiros e políticos do Brasil no continente africano vão além da razão ingênua de uma dívida histórica. É sim, uma clara e objetiva estratégia para criação de uma zona de influência econômica e de prestígio. Esta é a principal razão da atual política externa africanista do governo, que apenas corrige o hiato estratégico deixado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso.

26-06-2007: [Tentativas de finalização da Rodada de Doha](#)

Referência

Sites:

Agência Brasil

<http://www.agenciabrasil.gov.br/>

Angola Press

<http://www.angolapress-angop.ao/>

BBC

<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

Folha de São Paulo

<http://www.folha.com.br/>

Ministério das Relações Exteriores

<http://www.mre.gov.br>

The Times

<http://www.thetimes.co.za/>

Ver Também:

16-12-2004: [O Brasil e a Reforma do Conselho de Segurança](#)

08-08-2006: [OMC suspende rodada Doha](#)

30-03-2007: [OMC reabre a Rodada de Doha](#)

Al Gore e IPCC ganham Prêmio Nobel da Paz

Análise
Desenvolvimento

Luciana Mendes Barbosa
23 de outubro de 2007

O ex-Vice Presidente dos Estados Unidos, Al Gore, em conjunto com especialistas do IPCC, ganhou no dia 12 de outubro de 2007 o Prêmio Nobel da Paz pelo seu trabalho de divulgação das mudanças climáticas, o que levantou especulações acerca da sua pré-candidatura para a presidência estadunidense em 2008.

O Prêmio Nobel da Paz atribuído ao ex-Vice Presidente norte-americano, Al Gore e aos especialistas do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima das Nações Unidas (IPCC, sigla em inglês) [Ver também: [Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas](#)] veio consagrar um fenômeno, ainda controverso no meio acadêmico-científico, que tem protagonizado a cena internacional: o aquecimento global.

Al Gore ganhou notoriedade internacionalmente, também, pelo lançamento de seu documentário “Uma verdade inconveniente”. A obra, ganhadora do Oscar de melhor documentário em 2007 é o registro da itinerância internacional de uma palestra proferida por Al Gore sobre as alterações climáticas e tem conduzido o tema, junto com o relatório do IPCC, ao topo da agenda internacional.

Esse relatório, quarto de uma série iniciada em 1990, teve uma de suas seções, relativa à mitigação ¹ da mudança do clima,

aprovada na 3ª Reunião do IPCC realizada em Bangcoc entre 30 de abril e 03 de maio 2007, com ampla repercussão internacional. Nele são propostos mecanismos para limitar ou impedir a emissão de gases potencializadores do efeito estufa, além do incentivo às atividades que “os removam da atmosfera”, conforme comunicado do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

O IPCC afirma que o aquecimento global está aumentando gradativamente, impulsionado, principalmente, pela queima de combustíveis fósseis e a conseqüente liberação de gases do efeito estufa (como dióxido de carbono, metano, dentre outros) na atmosfera. Além disso, o relatório afirma a irreversibilidade do aquecimento global, acarretando uma elevação na temperatura média do planeta entre 1,8 C a 4 C, assim como a elevação do nível dos mares em torno de 59 centímetros.

Apesar da divulgação repetida da tese do IPCC sobre uma possível mudança climática nos próximos anos, o tema suscita disputas no plano científico-acadêmico. Por um lado, cientistas

¹ A mitigação de impactos ambientais refere-se à medidas adotadas para redução dos impactos negativos e a potencialização de impactos positivos. Neste caso, essas medidas devem ser organizadas tendo em vista: a natureza preventiva ou corretiva do projeto/programa; as etapas a serem adotadas; fatores ambientais,

neste caso, físicos, bióticos e/ ou antrópicos; responsabilidade para a execução (poder público, empreendedor ou outros); e os custos previstos.

argumentam que o aquecimento global não passa de mais um ciclo normal de mudanças climáticas; por outro, especialistas responsabilizam as atividades humanas, como a redução na área de florestas e a emissão de gases provenientes da queima de combustíveis fósseis, como sua principal causa. Segundo Carlos Molión, Phd em Meteorologia e pesquisador da Universidade de Alagoas, a Terra, pelo contrário, estaria passando por um processo de resfriamento. O pesquisador português Rui Moura também engrossa o debate, afirmando que a “variação climática é um fenômeno perpétuo da natureza”.

Esse dissenso pode ser comprovado pelas diversos documentos assinados por cientistas ao redor do mundo, como a Declaração Leipzig, assinada por 85 cientistas especialistas em climatologia, a qual denominou os drásticos controles climáticos de “advertências doentes, sem o devido suporte científico” bem como a assinatura da Petição do Oregon Institute por mais de 17 mil outros cientistas, cujo texto afirma a falta de evidência científica comprovando que os gases estufa causam o aquecimento global ². Além disso, tem-se um contra-senso gerado pela Petição de Heidelberg, assinada por cientistas, incluindo 70 ganhadores do Prêmio Nobel, na qual se referem às teorias do aquecimento global relacionadas aos gases estufa como “teorias científicas altamente duvidosas”.

Uma das críticas dos pesquisadores

² O efeito estufa é um fenômeno natural, que produz um ganho adicional de 33°C à temperatura média da superfície da Terra, mantendo sua temperatura constante. Graças aos gases presentes na atmosfera, cerca de 65% da radiação solar fica retida na Terra, garantindo a mais diversas formas de vida. Contudo, um efeito estufa adicional, de causas antropogênicas, poderia contribuir para a elevação da temperatura média da Terra, no entanto, à parte a influência demonstrada sobre o clima urbano, uma consequência à escala global permanece ainda no domínio da especulação, já que as evidências científicas são insuficientes.

contrários à massificação da idéia de “aquecimento global” promovida pelo IPCC, é que a função dessa organização limita-se, apenas, a avaliar a participação humana nas mudanças climáticas, e não conduzir pesquisas ou monitorar dados climáticos sobre o tema. De acordo com o artigo do climatologista francês Marcel Leroux “são numerosas as contradições entre as previsões e os factos climáticos observados directamente. A ignorância destas distorções flagrantes constitui uma impostura científica.”.

Entre as previsões catastróficas do IPCC, estaria a savanização da Amazônia ³, muito criticada pelo geógrafo Aziz Ab’Saber, que alerta para os riscos desse tipo de informação, na medida em que desvia a atenção das verdadeiras causas desse processo: o desmatamento indiscriminado da floresta. Ainda segundo Ab’Saber “a peridiocidade climática tem que ser mais bem conhecida para não se cometer o erro de, num ano mais seco ou mais quente, se dizer que está havendo processo de aquecimento global.”

No entanto, há uma outra corrente em defesa das mudanças climáticas, cujas pesquisas são mais amplamente divulgadas. Segundo o Prof. Carlos Pinguelli ⁴, a contribuição do quarto relatório do IPCC foi a redução da incerteza quanto ao fenômeno e a importância conferida aos casos extremos e não só à média dos comportamentos climáticos.

Uma outra polêmica que repercutiu no cenário político internacional foi o possível retorno de Al Gore a cena partidária estadunidense, cujas especulações aumentaram logo após o anúncio do prêmio. A perspectiva de que ele concorresse ao cargo de Presidente da República dos

³ Esse processo caracteriza-se pela substituição do bioma amazônico em savana e é atribuído às alterações climáticas sobre a região.

⁴ Autor do Terceiro Relatório do IPCC (2001).

Estados Unidos da América (EUA) nas próximas eleições em 2008 pode vir a alterar todo o cenário eleitoral do país, em virtude da sua enorme popularidade, ainda mais evidente após o seu laureamento pelo tão prestigiado prêmio.

A pré-candidata à presidência Hillary Clinton, por enquanto a favorita, pode perder esse posto, caso Al Gore decida entrar na disputa: uma pesquisa recente mostra que Al Gore teria 36% dos votos democratas contra 32% de Hillary. Porém, Al Gore afirmou em entrevista dada a uma rádio norueguesa que não está em seus planos ser candidato novamente, de modo que ele não considera este contexto favorável.

Al Gore também ficou conhecido pelo episódio fatídico ocorrido nas eleições presidenciais dos EUA em 2000, quando o atual Presidente George W. Bush ganhou as eleições com uma percentagem de votos menor que a de seu adversário, devido a peculiaridades do processo eleitoral estadunidense e a decisão do Supremo Tribunal [Ver também: [Eleições dos EUA: possíveis cenários e impactos mundiais](#)].

Além das implicações eleitorais, o prêmio concedido ao ex-Presidente estadunidense pode provocar um aumento das pressões, tanto internas, quanto externas, para que o governo mude sua postura em relação às convenções internacionais sobre aquecimento global. É importante lembrar que os Estados Unidos se recusaram a ratificar o Protocolo de Kioto⁵ [Ver também: [Novo acordo sobre a redução da emissão de CO₂ x Protocolo de Kyoto](#)], o que provocou protestos de diversas Organizações Não-Governamentais (ONGs) e países mais engajados na discussão, como os europeus.

Apesar de todas as controvérsias e

disputas em torno do tema “aquecimento global”, “candidatura Al Gore” e “IPCC”, talvez o mérito das questões suscitadas resida nos esforços de todos os envolvidos em promover um diálogo entre os mais diversos atores internacionais acerca da questão ambiental. Entretanto, cabe ressaltar que a forma como as questões ambientais são discutidas, como no “discurso verde” de Al Gore, devem ser (re) pensadas, já que há um esvaziamento de conteúdo político, uma mera exaltação a dados científicos acerca de problemas ambientais, sem qualquer menção ao modo de produção e ao consumismo, tão característicos da modernidade.

Referência

Artigos:

LEROUX, Marcel. **Aquecimento Global: uma impostura científica**. Disponível em: [http://resistir.info/climatologia/impostura_a_cientifica.html](http://resistir.info/climatologia/impostura_cientifica.html). Acesso em: 24 de outubro de 2007.

SERRA, Sérgio Barbosa. **O Brasil e a mudança do clima: negociações e ações, presentes e futuras**. Funag. 2007. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/o-brasil-e-a-mudanca-do-clima-sergio-serra.pdf/view>. Acesso em: 23 de outubro de 2007.

MOLIÓ, Luís Carlos Baldicero. **Aquecimento global, El Niño, manchas solares, vulcões e variação decadal do Pacífico**. Revista Climanálise. Ano 3, Nº 1, 2006, pp.1-5

Sites:

Portal Exame:

<http://portalexame.abril.uol.com.br>

Críticos de Cinema:

<http://www.criticos.com.br>

Mídia sem Máscara:

<http://www.midiasemmascara.com.br>

⁵ O Protocolo de Kyoto prevê a redução das emissões de CO₂ e outros gases potencializadores do efeito estufa a níveis 5,2% inferiores às emissões registradas em 1990, o que deveria ser alcançada entre 2008-2012.

Ver Também:

09-04-2007: [Painel Intergovernamental sobre mudanças climáticas](#)

26-08-2005: [Novo acordo sobre a redução da emissão de CO2 x Protocolo de Kyoto](#)

29-10-2004: [Eleições dos Estados Unidos: possíveis cenários e impactos mundiais.](#)

Condoleezza Rice visita o Oriente Médio

Resenha
Segurança

Ana Caroline Medeiros Maia
24 de outubro de 2007

Em mais uma visita ao Oriente Médio durante o ano de 2007, a Secretária de Estado estadunidense, Condoleezza Rice, reuniu-se com alguns representantes, e enfatizou a necessidade da criação de um Estado palestino.

A Secretária de Estado dos Estados Unidos da América (EUA), Condoleezza Rice, esteve no Oriente Médio entre os dias 14 e 18 de outubro de 2007, tendo se reunido com representantes de Israel, da Autoridade Palestina, do Egito e da Jordânia.

A visita é considerada uma preparação para a reunião marcada, ainda para 2007, nos Estados Unidos, que provavelmente acontecerá na cidade de Annapolis¹, próxima a Washington. A iniciativa desse encontro, que pretende discutir o processo de paz no Oriente Médio, é atribuída ao próprio presidente estadunidense George W. Bush.

Condoleezza esteve primeiro em Tel Aviv, capital de Israel, e em Jerusalém, e se encontrou com o Primeiro-ministro de Israel, Ehud Olmert e com o Presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), Mahmoud Abbas, para discutir a criação de um Estado Palestino. Os dois representantes visam a criação de um documento que deverá ser apresentado na reunião de Annapolis.

Posteriormente, Condoleezza Rice esteve no Egito e na Jordânia, e se reuniu com as autoridades de ambos os países. Egito e

Jordânia são os únicos dois países árabes da região que assinaram tratados de paz ² com Israel, e desde então têm desempenhado um importante papel no estabelecimento de conversas entre palestinos e israelenses.

Apesar de essa visita ser considerada um importante passo para a reunião marcada para o fim do ano, não é de se esperar que um acordo possa ser facilmente produzido.

Isso porque a questão da criação de um Estado palestino é extremamente complexa e controversa, e vem sendo debatida desde a criação do Estado de Israel em 1948. O conflito atrai a atenção de toda a sociedade internacional, e as divergências de opinião e o caráter religioso que a questão envolve dificultam ainda mais a obtenção de um acordo entre israelenses e palestinos.

Desde a morte de Yasser Arafat, ex-líder da Organização para Libertação da Palestina, em 2004, o momento atual

¹ A cidade estadunidense de Annapolis é a capital do Estado de Maryland, e possui uma população de aproximadamente 36.500 habitantes.

² O acordo assinado entre Israel e Egito data de 1979, em que as partes procuravam dar o primeiro passo no processo de paz entre o governo israelense e os países árabes. O acordo celebra o fim de 30 anos de guerra entre os dois países, após a invasão de Israel, em 1948, por Egito, Jordânia, Síria, Líbano e Iraque, que eram contrários à proclamação do Estado de Israel. O acordo entre Israel e Jordânia, por sua vez, só foi assinado em 1994, rompendo com os 46 anos de guerra entre jordanianos e israelenses.

talvez seja o mais propício para a obtenção de um acordo.

Os acontecimentos políticos dos últimos anos resultaram em um impasse nas negociações entre palestinos e israelenses.

Em 2005, o grupo radical islâmico Hamas venceu as eleições parlamentares na Palestina. No entanto, o presidente da ANP naquele momento era Mahmoud Abbas, que pertencia à facção do Fatah, partido opositor ao Hamas. A vitória do Hamas para as eleições ocasionou uma retaliação principalmente por parte dos EUA e da União Européia (UE), que suspenderam a ajuda financeira à ANP, por considerarem o Hamas uma organização terrorista.

Assim, a Palestina passou por um momento de crise interna e o conflito foi se intensificando, tornando-se comuns episódios de violência.

No começo de 2007, no entanto, os dois partidos, Hamas e Fatah, decidiram criar um gabinete conjunto, acordando na divisão de poder para governar a Palestina. Tal situação foi um pouco mais favorável à sociedade internacional, mas os problemas entre Israel e a Palestina continuaram, e muito se deve ao fato de que o Hamas ainda se mostrava contrário ao reconhecimento do Estado de Israel.

Segundo os israelenses, para que possa haver negociações com o novo governo palestino, é de fundamental relevância que o mesmo reconheça Israel, abdique do uso da violência e considere todos os acordos já firmados previamente entre esses dois lados.

A visita de Condoleezza mostra que o impasse dos últimos anos está em um grau menor de dificuldade, pois as partes pelo menos demonstram uma boa vontade em negociarem um futuro acordo, o que não ocorria nesses últimos anos.

Entretanto, as discussões não deverão ser fáceis, como nunca foram. Mesmo que as duas partes se prontifiquem a acordar a

possível criação de um Estado palestino, elas divergem consideravelmente no documento que deverá ser apresentado na reunião marcada para Annapolis.

Os palestinos afirmam que só irão negociar caso os pontos fundamentais para a solução do conflito estejam bem explicitados no documento e caso datas sejam estipuladas para a tomada de medidas acerca desses pontos, que incluem: as possíveis fronteiras do Estado Palestino, a questão dos assentamentos israelenses e dos refugiados palestinos, além da situação da cidade de Jerusalém, cujo controle é reivindicado por ambas as partes.

Já Israel não acredita que uma definição precisa acerca dessas questões seja necessária para a elaboração desse documento, defendendo um documento mais vago que deverá ser aprimorado após a reunião marcada para o fim do ano.

Mahmoud Abbas afirmou que não irá participar do evento por “nada”, ou seja, considera fundamental uma delimitação mais precisa desses pontos nesse documento.

As próprias autoridades do Egito e da Jordânia, apesar de concordarem com a reunião e a verem com bons olhos, ameaçaram atrasá-la se não houver a elaboração prévia de um documento positivo e que possa direcionar as conversas.

Condoleezza Rice não deu nenhuma declaração a respeito do que considera fundamental que o documento possua, mas afirmou que a criação de um Estado palestino é de vital importância não apenas para os palestinos e israelenses, mas principalmente para o Oriente Médio e para as aspirações dos EUA. E ainda declarou que esse é o momento ideal para a criação desse Estado.

Obviamente, a Secretária de Estado estadunidense manteve os pés no chão ao afirmar que não espera que todo o processo de paz seja resolvido em um



documento a ser confeccionado na reunião de Annapolis, mas que o mesmo deve ser sério e concreto, demonstrando que há a possibilidade de se atingir um acordo mesmo que exista um longo caminho a ser percorrido para tal.

Para muitos, ainda permanece a dúvida se Israel está realmente disposto a ceder o que a Palestina exige e também se a Palestina está disposta a aceitar o que Israel propõe.

A história desse conflito é longa e complexa, e não se deve esperar que a partir de uma única visita ou mesmo de uma única reunião as coisas venham a ser resolvidas. Afinal, não é a primeira vez que as duas partes mostram boa vontade em chegar a um acordo, mas como já visto e comprovado, boa vontade não é suficiente.

A situação envolve questões políticas, econômicas, culturais e religiosas, e por mais que tudo pareça simples quando israelenses e palestinos afirmam estar dispostos a ceder, na prática as coisas são bem mais complicadas.

Resta esperar, por enquanto, a reunião prevista para acontecer em Annapolis, para saber se algum progresso será feito até lá. A partir daí, será possível ver se há um futuro promissor para as demais negociações necessárias.

Ver também:

09-07-2007: [O conflito interno entre palestinos: Hamas e Fatah.](#)

Referência

Sites:

U.S. Department of State

www.state.gov

Folha online

www.folha.uol.com.br

News Lycos

<http://news.lycos.co.uk>

Visão judaica

www.visaojudaica.com.br



17º Congresso do Partido Comunista Chinês

Resenha
Segurança

Diego Cristóvão Alves de Souza Paes
26 de outubro de 2007

O Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês se reuniu durante 6 dias do mês de outubro de 2007, objetivando discutir as diretrizes políticas dos próximos cinco anos. O encontro quinquenal definiu quatro novos nomes que farão parte do comitê político que lidera o país.

Entre os dias 15 e 21 de outubro de 2007, se reuniram em Beijing 2.217 delegados de diversas províncias da China, no Décimo Sétimo Congresso Nacional do Partido Comunista da China. O encontro, que ocorre a cada cinco anos, é considerado o evento político mais importante do país, e tem como objetivo discutir as políticas a serem seguidas pela China, e sobre a liderança do partido nos próximos cinco anos.

Internamente ao Congresso, este ano, pode-se perceber uma tênue divisão entre dois pólos de influência. Uma delas é o grupo populista, liderados por Hu Jintao - atual presidente e secretário geral do partido comunista chinês - e pelo atual primeiro-ministro, Wen Jiabao. Os elitistas, liderados pelo ex-presidente Jiang Zemin, formaram o outro pólo dentro do encontro.

Os populistas acreditam que o governo chinês deve seguir uma linha desenvolvimentista diminuindo a desigualdade social no país, através da busca por um maior desenvolvimento de suas regiões rurais e do interior. A China hoje possui o quarto maior PIB do mundo, porém sofre com 10% de sua população de 1,3 bilhão de pessoas abaixo da linha da pobreza.

Já os elitistas advogam a causa do desenvolvimento através das zonas econômicas especiais, os bolsões capitalistas em cidades litorâneas, que

impulsionaram a economia chinesa durante os anos 1980 e 1990, levando a um rápido crescimento. Embora este mecanismo seja o responsável pela formação de uma grande disparidade de renda e desenvolvimento dentro do país, tem se revelado muito eficaz no processo de modernização e crescimento econômico do país

Histórico

O primeiro congresso do Partido Comunista Chinês (PCC) se deu em 1921, como um início do movimento comunista dentro do país, discutindo a plataforma política do partido. Nos primeiros anos, o encontro ocorria anualmente, e limitava-se principalmente a discutir o relacionamento do Partido Comunista com o Partido Nacionalista (Kuomintang), ambos apoiados pela União Soviética, e a atuação partidária dentro do país.

Em 1928, ocorreu o Sexto Congresso, o primeiro e único a ser realizado fora da China. O encontro aconteceu em Moscou, em decorrência da grande perseguição que se iniciava contra o Partido Comunista Chinês, e aprovou a criação de forças armadas próprias. Com a cisão do PCC com o Kuomintang, que passou a receber apoio ocidental, houve um intervalo de 17 anos em decorrência da guerra civil chinesa, ocorrida entre os dois partidos, e posteriormente, com a invasão japonesa ao país, na ocasião da Segunda Grande Guerra.

Em 1945, um novo Congresso é realizado,

no qual é aprovada a Constituição do Partido, além de ocorrer a ascensão de Mao Zedong ao posto de líder indiscutível do PCC. O país entrou novamente em guerra civil, depois de uma trégua durante os anos da invasão japonesa.

Após a vitória e controle do país pelo Partido Comunista, em 1949, os encontros se deram de maneira aleatória, até 1977, quando os congressos passaram a acontecer a cada 5 anos, na configuração atual.

Pode-se dizer que, atualmente, o Congresso do Partido Comunista Chinês tem como principal função a troca de líderes do governo. Toda a estrutura do governo chinês é baseada no Politburo¹, composto de 24 membros, que atuam na tomada de decisão e resolução de políticas a serem adotadas pelo país.

Dentro do Politburo, existe um Comitê Permanente, composto de 9 membros, sendo estes o centro absoluto da tomada de decisões no país. Todas as decisões passam por este órgão, que se reúne regularmente. Dentro deste conselho, busca-se sempre um consenso, porém, quando este não é atingido, o voto da maioria é tomado como uma decisão válida por todos, estando todos os membros do Comitê Permanente responsáveis por esta decisão.

A cada Congresso se inicia um jogo político, no qual alguns membros deste comitê são depostos, e outros colocados em seu lugar, de maneira a reforçar a base política, ou em vista ao futuro líder do país.

O Décimo Sétimo Congresso substituiu quatro dos membros do Comitê Permanente, servindo como um instrumento de Hu Jintao para a consolidação de sua base política. Os

quatro novos membros escolhidos são: Xi Jinping, Li Keqiang, He Guoqiang, Zhou Yongkang.

Xi Jinping era chefe do Partido Comunista em Shanghai. Formado em engenharia pela Universidade de Tsinghua, a mesma de Hu Jintao, é filho de um dos fundadores do PCC.

Li Kenqiang, advogado, chamou atenção para si pelos esforços realizados na revitalização da província industrial de Liaoning, que sofreu com os efeitos causados pelas reformas econômicas no país. Kenqiang entrou para o partido na década de 1970, e galgou postos até atingir o posto de Secretário do Partido na província de Liaoning.

He Guoqiang, é chefe do departamento organizacional do Partido Comunista, responsável por investigar oficiais antes de serem promovidos ou apontados, o que garantiu para si uma posição influente dentro do partido. Sua boa relação com o ex-presidente Jiang Zemin garantiu que saísse imune de um escândalo de corrupção, com o qual esteve supostamente envolvido.

Zhou Yongkang era o chefe do Ministério da Segurança Pública da China, antes de ser apontado como membro do Comitê permanente. É formado em engenharia química, atuando por muito tempo como gerente geral da Corporação Nacional de Petróleo da China, antes de se tornar Chefe do Partido na Província de Sichuan. Em sua atuação na área de segurança pública, conseguiu aumentar o prestígio da polícia chinesa, desde a sua entrada.

Entre os novos membros, Xi Jinping e Li Kenqiang, merecem destaque por serem ao mesmo tempo desconhecidos, e dois prováveis sucessores de Hu Jintao na presidência da República Popular da China. Suas nomeações para o cargo foram inesperadas, sendo que apenas nas últimas semanas seus nomes apareceram como passíveis de escolha para ocuparem os cargos no Comitê Permanente.

¹ Contração de *Political Bureau*, ou agência política. É o comitê político e executivo mais alto dentro de um partido comunista.

Especula-se que Jinping e Kenqiang possam ser os futuros sucessores de Jintao, tendo em vista o histórico político chinês. Por serem os mais jovens, a probabilidade de permanência dentro do comitê permanente é maior, adquirindo maior peso dentro da política do país. Além disso, é comum que membros do partido demorem décadas para chegar ao topo, fazendo com que diversas vezes, vários líderes tenham falecido antes de serem encaminhados ao posto, o que faz com que a idade seja um fator favorável para si.

Afora as decisões políticas internas ao Partido Comunista, nenhuma outra mudança significativa ocorreu. Em seu discurso, o presidente Hu Jintao reforçou o papel da ciência e tecnologia para o país e falou sobre o socialismo com características chinesas, nada que pudesse ser considerado inesperado ou que alterasse a linha atual de política de seu governo.

Internacionalmente, não houve maiores repercussões do Congresso, devido à manutenção da atual política pelo governo chinês.

O próximo Congresso ocorrerá em 2012, e terá como incumbência a escolha de um novo presidente para o país.

CNN On-line

<http://www.cnn.com>

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Profª. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto. de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação-Geral: Profª. Liana Araújo Lopes

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Profª. Liana Araújo Lopes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Ana Caroline Maia, Anna Menezes, Andre Klausling; Celeste Cristina Badaró; Diego Paes; Joana Laura Nogueira; Lígia Mello; Luiz Fernando Moura e Castro, Luciana Mendes Barbosa, Marina Robspierre.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Itaú, 525, 2º subsolo, Prédio Redentoristas – Dom Bosco - Belo Horizonte - MG - CEP 30850-035 Tel: (31)3319-4426 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>



Referência

Sites:

BBC News

<http://www.bbc.co.uk/>

Bloomberg On-line

<http://www.bloomberg.com/>

Congresso Nacional Popular da China

<http://www.china.org.cn/english/27743.htm>